

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 32/XV/1.ª SL

Aos 11 dias do mês de janeiro de 2023, pelas 10 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 5 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE – 10h

Audição da Senhora Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I.P., Drª Paula Salgado, a [requerimento do Grupo Parlamentar do PCP](#), sobre o ciberataque ao sistema informático do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.).

II PARTE – 11H15

1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.º 30 e 31, de 20 e 21 de dezembro de 2022;
2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;
3. Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:
 - [Projeto de Lei n.º 400/XV/1.ª \(IL\)](#) — Elimina a obrigatoriedade de afixação da indicação de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis, alterando o Código do Trabalho;
Relatora: Deputada Ana Bernardo (PS)
 - [Projeto de Lei n.º 402/XV/1.ª \(IL\)](#) — Elimina a obrigação de afixação de informação sobre a legislação referente ao direito de parentalidade, alterando o Código do Trabalho;
Relatora: Deputada Ana Bernardo (PS)
 - [Projeto de Lei n.º 409/XV/1.ª \(IL\)](#) — Elimina a obrigatoriedade de afixação de informação relativa à existência de postos de trabalho permanentes que estejam disponíveis na empresa ou estabelecimento, alterando o Código do Trabalho;
Relator: Deputado Jorge Galveias (CH)
 - [Projeto de Lei n.º 433/XV/1.ª \(PAN\)](#) — Reforça o direito de parentalidade, alterando o Código de Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
Relatora: Deputada Cristina Sousa (PS)
 - [Projeto de Lei n.º 445/XV/1.ª \(L\)](#) — Garante a acessibilidade de pessoas trabalhadoras à informação legalmente exigida em matéria de assédio no trabalho, direitos de parentalidade e existência de postos de trabalho permanentes;
Relatora: Deputada Ofélia Ramos (PSD)
4. Fixação da redação final do texto final, nos termos do artigo 156.º do RAR, do texto dos Projetos de Lei n.ºs [9/XV/1.ª \(PAN\)](#) — Estabelece a remuneração obrigatória dos estágios profissionais para o acesso ao exercício da profissão, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e dos estatutos de diversas associações públicas Profissionais e [108/XV/1.ª \(PS\)](#) — Reforça a salvaguarda do interesse público, a autonomia e a independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, alterando a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro e a Lei n.º 53/2015, de 11 de junho.
5. Deliberação sobre a admissibilidade da [Petição n.º 94/XV/1.ª](#) — Pela contagem do tempo de serviço dos educadores de infância em creche, da iniciativa de Carla Sílvia Vieira Cardoso e outros (40 assinaturas);
6. Outros assuntos.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 32/XV/1.ª SL

I PARTE – 10h

Audição da Senhora Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I.P., Dr^a Paula Salgado, a [requerimento do Grupo Parlamentar do PCP](#), sobre o ciberataque ao sistema informático do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.).

A Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, saudou a Senhora Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I.P., Dra. Paula Salgado, e a Senhora Vice-Presidente, Dra. Carla Costa, enquadrando o objeto da audição e dando a palavra ao Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP) para apresentação do [requerimento](#) que motivou a sua realização.

Em resposta, tomou a palavra a Senhora Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I.P., Dra. Paula Salgado, seguindo-se a ronda dedicada às intervenções dos Grupos Parlamentares, em que usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Jorge Gabriel Martins (PS), Nuno Carvalho e Rui Cruz (PSD), Jorge Galveias (CH) e Alfredo Maia (PCP). A Senhora Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I.P., Dra. Paula Salgado, respondeu, a final, ao conjunto das questões colocadas.

Para uma interpelação à mesa, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD), com resposta da Senhora Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I.P., registando-se ainda as intervenções da Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) e do Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP).

A Senhora Presidente deu então por concluída a audição, agradecendo a presença das convidadas e todos os esclarecimentos prestados.

A [audição](#) foi gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo o registo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

Após breve interrupção, os trabalhos foram retomados com a [II parte da reunião](#), conforme ordem do dia:

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 32/XV/1.ª SL

1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.º 30 e 31, de 20 e 21 de dezembro de 2022;

Com a introdução de uma proposta, formulada pelo GP do PS, na ata relativa à reunião n.º 30, as atas identificadas em epígrafe foram aprovadas por unanimidade, na ausência do GP da IL.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

Quanto a este ponto, a Senhora Presidente informou que havia baixado à Comissão o [Projeto de Resolução n.º 346/XV/1.ª](#) — Certificação do tapete de Arraiolos e extensão do regime contributivo das bordadeiras da Madeira às tapeteiras de Arraiolos, tendo o GP do PSD indicado, posteriormente, que pretendia ver a iniciativa discutida em Plenário.

Foi ainda anunciada a baixa do [Projeto de Lei n.º 483/XV/1.ª \(BE\)](#) — Determina a transparência de vencimentos e propõe o estabelecimento de leques salariais de referência como mecanismo de combate à desigualdade salarial, para o qual, mais tarde, foi designado relator o Deputado Rui Rocha (IL). Em relação a esta iniciativa legislativa, os Senhores Deputados consideraram que não existia necessidade de ser promovida a apreciação pública.

3. Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- [Projeto de Lei n.º 409/XV/1.ª \(IL\)](#) — Elimina a obrigatoriedade de afixação de informação relativa à existência de postos de trabalho permanentes que estejam disponíveis na empresa ou estabelecimento, alterando o Código do Trabalho;

Por impossibilidade de estar presente o relator, Deputado Jorge Galveias (CH), o [parecer](#) sobre o projeto de lei acima identificado foi apresentado pela Senhora Deputada Rita Matias (CH) que, sucintamente, aludiu ao objeto e motivações da iniciativa, alertou para as sugestões de aperfeiçoamento formal presentes na nota técnica e terminou afirmando que se encontravam reunidos os requisitos necessários à apreciação do projeto de lei em Plenário. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do GP da IL.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 32/XV/1.ª SL

- [Projeto de Lei n.º 400/XV/1.ª \(IL\)](#) — Elimina a obrigatoriedade de afixação da indicação de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis, alterando o Código do Trabalho; A Senhora Deputada Ana Bernardo (PS) apresentou o seu [parecer](#) sobre a iniciativa legislativa acima identificada, referindo-se ao respetivo objeto e destacando um apontamento que constava da nota técnica respeitante à utilização da expressão colaborador, notando que esse conceito não existe no Código do Trabalho. Fez ainda menção às iniciativas legislativas pendentes, que alteram o Código do Trabalho, e que se encontram em apreciação no Grupo de Trabalho - Alterações à Legislação Laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno. Terminou afirmando que estavam reunidos os requisitos regimentais e constitucionais para que o projeto de lei fosse apreciado em Plenário. Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CH e do GP da IL.

- [Projeto de Lei n.º 402/XV/1.ª \(IL\)](#) — Elimina a obrigação de afixação de informação sobre a legislação referente ao direito de parentalidade, alterando o Código do Trabalho;

À semelhança da intervenção anterior, a Senhora Deputada Ana Bernardo (PS) apresentou o [parecer](#), da sua lavra, sobre o Projeto de Lei n.º 402/XV/1.ª (IL), explicitando o respetivo objeto e referindo o alerta que constava da nota técnica referente à utilização da expressão colaborador. Fez, igualmente, menção às iniciativas legislativas que alteram o Código do Trabalho e que se encontravam em apreciação no Grupo de Trabalho - Alterações à Legislação Laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno. Declarou que reservaria a sua opinião para o debate em Plenário e concluiu pela verificação dos requisitos necessários à apreciação do projeto de lei naquela sede. O Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) agradeceu à relatora o parecer e salientou a observação sobre a conexão da matéria com a discussão que se encontrava em curso no Grupo de Trabalho - Alterações à Legislação Laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno. O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) cumprimentou a relatora e saudou a nota que havia sido feita quanto à utilização da expressão colaborador, afirmando que não era um termo que se pudesse utilizar no âmbito do direito do trabalho e que reportava ao tempo do Estado Novo, pelo que, até por essa ligação histórica, devia ser evitado. De seguida, o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CH e do GP da IL.

- [Projeto de Lei n.º 433/XV/1.ª \(PAN\)](#) — Reforça o direito de parentalidade, alterando o Código de Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 32/XV/1.ª SL

A Senhora Deputada Cristina Sousa (PS) apresentou o seu [parecer](#) sobre o projeto de lei em epígrafe, começando por referir que a respetiva discussão na generalidade estava agendada para o dia seguinte e dando nota do seu objeto e principais aspetos. Observou que, com o objeto específico do projeto de lei, não se encontravam pendentes quaisquer iniciativas legislativas, não obstante a já mencionada atividade do Grupo de Trabalho - Alterações à Legislação Laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno. Concluiu informando que reservaria a sua opinião para o debate em plenário e que considerava estarem reunidos os requisitos formais necessários à apreciação do projeto de lei naquela sede. A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) agradeceu a elaboração e apresentação do parecer e frisou a conexão do objeto da iniciativa legislativa com a matéria em apreciação no Grupo de Trabalho - Alterações à Legislação Laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno. Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CH e do GP da IL.

- [Projeto de Lei n.º 445/XV/1.ª \(L\)](#) — Garante a acessibilidade de pessoas trabalhadoras à informação legalmente exigida em matéria de assédio no trabalho, direitos de parentalidade e existência de postos de trabalho permanentes;

A Senhora Deputada Ofélia Ramos (PSD) apresentou o [parecer](#), da sua autoria, sobre a iniciativa legislativa acima identificada, começando por dar nota de que a discussão na generalidade se encontrava agendada para o dia seguinte. Prosseguiu referindo o objeto e as motivações do projeto de lei e remeteu o respetivo enquadramento legal para a informação constante da nota técnica. Concluiu pela verificação dos requisitos necessários à apreciação pelo Plenário, não sem antes aludir à existência de várias iniciativas legislativas pendentes que visavam matéria do âmbito do direito laboral e que se encontravam em apreciação no Grupo de Trabalho - Alterações à Legislação Laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno. A Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) agradeceu à Relatora pela elaboração do parecer. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CH e do GP da IL.

4. Fixação da redação final do texto final, nos termos do artigo 156.º do RAR, do texto dos Projetos de Lei n.ºs [9/XV/1.ª \(PAN\)](#) — Estabelece a remuneração obrigatória dos estágios profissionais para o acesso ao exercício da profissão, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e dos estatutos de diversas associações públicas Profissionais e [108/XV/1.ª \(PS\)](#) — Reforça a salvaguarda do interesse público, a autonomia e a independência da regulação e promoção do acesso a atividades

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 32/XV/1.ª SL

profissionais, alterando a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro e a Lei n.º 53/2015, de 11 de junho.

Por terem surgido dúvidas quanto à redação do artigo 20.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, a Comissão deliberou adiar este ponto para a reunião seguinte.

5. Deliberação sobre a admissibilidade da [Petição n.º 94/XV/1.ª](#) — Pela contagem do tempo de serviço dos educadores de infância em creche, da iniciativa de Carla Silvia Vieira Cardoso e outros (40 assinaturas);

A petição identificada em epígrafe foi admitida por unanimidade, na ausência dos GP do CH e da IL, tendo o Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP) usado da palavra para salientar a relevância da reivindicação dos peticionários.

6. Outros assuntos.

No ponto dedicado a outros assuntos, a Senhora Presidente transmitiu o pedido remetido pela Representação da Comissão Europeia em Lisboa para que o Comissário Nicolas Schmit pudesse ser recebido em reunião conjunta entre a Comissão e a Comissão de Assuntos Europeus, no dia 16 de fevereiro, sugestão que foi acolhida por todos as forças políticas.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) que solicitou que, para futuro, pudesse ser feita uma análise das iniciativas que baixavam à Comissão e cuja matéria justificasse o respetivo envio ao [Grupo de Trabalho — Inclusão e Direitos das Pessoas com Deficiência](#). Pediu, igualmente, que as convocatórias das reuniões da Comissão e dos diferentes grupos de trabalho passassem a constar do calendário dos Deputados, para melhor acompanhamento dos trabalhos.

A Senhora Presidente retomou o uso da palavra para recordar que, na terça-feira seguinte, dia 17 de janeiro, estava agendada a audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a medida da gratuidade das creches, na sequência de requerimento do GP da IL. Nesse contexto, colocou à consideração dos Senhores Deputados a realização da reunião ordinária da Comissão no período imediatamente antes da audição, ao invés da realização no dia seguinte, atenta à prática estabelecida de realizar as reuniões da Comissão às quartas-feiras de manhã.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 32/XV/1.ª SL

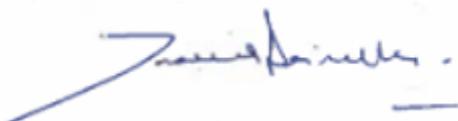
A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) expressou a discordância do GP do PSD relativamente à sugestão de realização da reunião ordinária da Comissão na terça-feira seguinte, uma vez que alguns Deputados teriam reuniões, nesse mesmo dia, da parte da manhã e da parte da tarde, do [Grupo de Trabalho - Alterações à Legislação Laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno](#). Recordou, também, que do Plano de Atividades da Comissão constavam deslocações às regiões autónomas, apelando a que se iniciasse a planificação dessas visitas para que pudessem ocorrer antes do final da sessão legislativa. Para terminar, na qualidade de coordenadora do [Grupo de Trabalho — Reparação de danos emergentes de acidentes de trabalho dos praticantes desportivos profissionais](#), deu nota da necessidade de dar início à respetiva atividade, sem prejuízo de se aguardar pelo final dos trabalhos do [Grupo de Trabalho - Alterações à Legislação Laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno](#), uma vez que para os Grupos Parlamentares com menos representantes podiam colocar-se dificuldades de agenda, remetendo a reflexão sobre o tema para uma reunião inicial de definição de metodologia.

A Senhora Presidente manifestou a sua concordância com as sugestões deixadas pelos Deputados Nuno Carvalho (PSD) e Helga Correia (PSD), reforçando a necessidade de visitar o Plano de Atividades da Comissão e começar a programar as visitas a realizar.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 12 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de janeiro de 2023.

A PRESIDENTE



(ISABEL MEIRELLES)

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 32/XV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Sérgio Monte (PS)
Emília Cerqueira (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Alfredo Maia (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Ana Isabel Santos (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
Gabriela Fonseca (PSD)
Ofélia Ramos (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Rita Matias (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Rui Rocha (IL)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
